



CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ

CEAST

MENSAGEM PASTORAL SOBRE O MOMENTO ACTUAL

“ANGOLA, CASA DE PAZ, LIBERDADE E FRATERNIDADE”

1. Vindos de várias partes da nossa terra e trazendo connosco as alegrias e as esperanças, bem como as tristezas e angústias das pessoas a quem servimos (*Gaudium et Spes*, nº 1), como S. Paulo, mandatados pelo Senhor Jesus, somos obrigados a reflectir sobre o momento actual do nosso país, aplaudindo as luzes que o tornam brilhante, mas também, como Raquel (Jer 31, 15), lamentando sobre as sombras que escurecem as vidas dos nossos filhos, para, finalmente, propormos caminhos que juntos podemos trilhar, depois de discernidas as causas das sombras.
2. Entre elas, assinalamos um contexto mundial muito adverso, contexto marcado por factores como os extremismos religiosos e populismos políticos resultando em instabilidades com impactos em muitas nações, permanência prolongada do preço baixo do petróleo – que é ainda o nosso maior produto de exportação e fonte de divisas – e crise geral dos preços de bens e serviços causada principalmente por especuladores financeiros. Mas destaque particular tem a pandemia da Covid-19, que há mais de um ano mata centenas de milhares de pessoas, debilita quase irremediavelmente a saúde de milhões, arrasa as empresas, lança para o desemprego grande parte da população trabalhadora do mundo e semeia o medo e a incerteza nas crianças e nos jovens. Nenhum governo ficou sem ser enfraquecido e destituído das possibilidades de cuidar do seu povo como desejava. Angola e o seu governo também sofrem estes abalos. Sobre Angola, como pastores, queremos destacar alguns aspectos que marcam o momento actual.
3. Reconhecemos a abnegação com que muitos agentes sanitários cuidam dos doentes, arriscando as suas vidas. Mas sentimos que a falta de meios de segurança afecta a muitos deles e que a carência de profissionais, medicamentos e equipamentos adequados faz que não sejam devidamente atendidos pacientes das patologias mais comuns no nosso país.
4. Constatamos com alegria que, alcançada a paz em Angola, a esperança de vida da sua população vem crescendo paulatinamente, ao mesmo tempo que, em praticamente todo o território nacional, cada um de nós vem sentindo a sua integridade física cada vez mais assegurada. Não podemos, porém, esconder o facto de que nos sentimos chocados com os casos de assassinatos, mediáticos e não mediáticos, como, por exemplo, os de Cafunfo e os de mulheres às mãos de seus maridos e amantes, casos que nos envergonham, justamente quando queremos deixar muito para trás a experiência traumática da nossa guerra. Infelizmente, constatamos, com dor, que crimes organizados levados a cabo por grupos motivados por propósitos maliciosos, excessos de agentes da ordem, roubos isolados para satisfazer necessidades nem sempre indispensáveis e até paixões afectivas descontroladas, integram o leque de razões de tais tipos de assassinatos. Ademais, as acusações de feitiçaria e a conseqüente exploração económica por parte de supostos descobridores das causas profundas (adivinhos) que, muitas vezes apoiados por algumas autoridades tradicionais e civis paralisadas pelo medo e pela crença de que tudo o que interrompe o curso natural da vida e da saúde deve atribuir-se ao feitiço, enriquecem-se depauperando as famílias, torturando os cidadãos e destruindo comunidades inteiras. Os autores morais e materiais, bem como aqueles que deviam evitá-los por serem guardiães da ordem pública, devem ser vivamente questionados e responsabilizados. Por isso, pedimos a quem de direito que não deixe cair no esquecimento estes factos,



CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ

CEAST

mas que eles sejam devidamente investigados e que, com total transparência, sejam determinadas as responsabilidades. Ademais, partilhamos com os fiéis católicos e todas as pessoas de boa vontade, a convicção de que, como angolanos, unidos e determinados, podemos instaurar entre nós uma ordem que venha a tornar plenamente efectivos os nossos direitos e liberdades, ordem querida por Deus e, em última análise, ansiada por cada coração humano. O nosso percurso histórico prova que somos um povo que é capaz de mostrar ao mundo que ama a vida e pode servir de inspiração para outros que ainda se confrontam com guerras entre irmãos.

5. As promessas de cada vez maior proximidade aos cidadãos, assim como os bens e serviços prestados pelo Estado vão-se expandindo geograficamente. Contudo, persistem, e nalguns casos agudizam-se, as assimetrias entre as populações peri-urbanas e as urbanas, as do campo e as das grandes cidades, as do leste e as do litoral, assimetrias estas reflectidas também nos preços dos produtos para necessidades básicas, na inacessibilidade à electricidade e à água canalizada, na indisponibilidade dos serviços de saúde, educação, registo civil, segurança social e financeiros, asseguramento policial, na inacessibilidade ao emprego na função pública, entre outros. Reconhecemos as melhorias, mas, para muitos angolanos, ainda é um pesadelo tratar do bilhete de identidade, renovar a carta de condução, o livrete do veículo, legalizar o seu terreno ou obter a licença de construção da sua casa. Os jovens, que são aqueles que mais expressam frustrações com esta situação, bastas vezes falam do egocentrismo e da incapacidade dos governantes de olhar para além do interesse pessoal, de família e de grupo, o que torna o próximo num instrumento descartável quando não útil. Por isso, apelamos a todos os governantes e particulares a trabalharmos decididamente para ultrapassar o escândalo destas assimetrias, que acabam por juntar-se ao conjunto de motivos de instabilidade e revolta, inclusive nas nossas fronteiras terrestres. A falta de estradas marginaliza várias regiões de Angola, com destaque para o Leste, e é fonte das graves assimetrias que empatam o desenvolvimento do país. De facto, urge revertermos a lógica dos investimentos e partirmos das periferias do país, o que resultará em grandes vantagens para todos nós.
6. Notamos que cada vez mais angolanos, adultos e jovens, vão tendo oportunidade de tomar controle das suas vidas, afirmando-se a consciência da responsabilidade em relação aos estudos, à formação profissional, ao emprego, à casa própria, à constituição de um património e à segurança económica exigida pela vida. De facto, nos angolanos, cada vez mais vai crescendo a coragem para empreender e diminuir a dependência pessoal em relação ao Estado e ao emprego criado por outros. Infelizmente, porém, muitos angolanos vêem-se frustrados com a violação e o assalto aos poucos bens, como terrenos, casas, dinheiros e meios de produção obtidos através de muitos sacrifícios e de privações impostas às suas famílias já pobres. As forças da ordem, os serviços de fiscalização e instituições como as de defesa do consumidor, ainda estão longe de garantir a real segurança dos bens das pessoas. Mas, também, por frustrações acumuladas, medo, falta de hábito ou ignorância, muitos angolanos não activam aqueles serviços do Estado. Julgamos que os agentes do Estado ligados àqueles serviços devem e podem melhorar o seu desempenho. Ultrapassando o foco quase exclusivo no interesse pessoal e percebendo que a segurança alheia garante a sua, estes agentes do Estado muito contribuirão para a paz social.
7. Como país, muito temos feito para superar a dependência e nos orientarmos em direcção à nossa segurança alimentar. Contudo, por todo o país cresce o número de pessoas, sobretudo crianças, idosos e mulheres, que mal consegue comer uma refeição por dia. Uns deambulam com seus corpos mal cobertos por farrapos, indo ao ponto de disputar por lixeiras para colher delas dejectos com que enganar o estômago e tapar o corpo. Outros, sobretudo nas zonas rurais atingidas pela seca, deslocam-se para lugares onde esperam encontrar algum alimento e socorrem-se de coisas que só a fome apertada os obriga a ingerir. Outrossim, o aumento dos preços e a diminuição das receitas contribuirão para um notável



CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ

CEAST

aumento da prostituição em diversas zonas do país. Como já tínhamos afirmado anteriormente, se a pandemia da Covid-19 deve ser aqui considerada, de facto, ela só destapou os erros de governação e a deficiente ousadia de todos nós em exigir destes a gestão imaculada do dinheiro e de outros recursos de todos nós. De facto, os dados publicamente acessíveis provam, por exemplo, que, em todas as comunidades, podíamos ter tido muito mais e melhores professores, médicos, gestores, investigadores, inventores e todos os outros profissionais de que precisamos como de pão para a boca. Paulatinamente vamos acordando para a consciência de que somos abençoados por solos, águas e recursos necessários para a nossa segurança alimentar, ao mesmo tempo que vamos afirmando a nossa vontade de produzir para nós e para exportar. Por outro lado, as restrições nas deslocações trans-fronteiriças, impostas pela Pandemia da Covid-19, resultaram no aumento da produção e da circulação de muitos alimentos locais. Assim, temos razões para não retroceder, mas para nos firmarmos na nossa auto-suficiência alimentar.

8. Essencial como esta última é a segurança social, para a qual, felizmente, cresce o número de angolanos que vai descontando. Mas a grande maioria ainda não tem garantias de segurança no desemprego, na maternidade, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice e noutros casos de perda dos meios de subsistência por circunstâncias alheias à sua vontade. Muitos empregadores continuam a não respeitar a obrigação de inscrição dos seus trabalhadores no sistema de segurança social. Muita gente tem empregos precários ou sobrevive na economia informal, que vai desde o trabalho no campo à venda ambulante e aos negócios esporádicos de prestação de serviços. Mais greve ainda é o facto de os serviços da segurança social não estarem fisicamente presentes na vastíssima maioria do território nacional. Já se torna intolerável o facto de a maioria dos angolanos continuar excluída da segurança social, incluindo colaboradores da própria Igreja. Não vemos porquê não tornar todo o angolano em idade laboral obrigatoriamente inscrito e contribuinte no sistema de segurança social, mesmo que tal exija a atribuição de subsídios e outras ajudas. Aliás, o facto de a maior para da nossa população ser jovem torna-a num recurso invejável para qualquer sistema de segurança social moderno e sério.
9. Por outro lado, felizmente, cresce o número de empregadores e trabalhadores que vai observando os seus direitos e deveres respectivos. Mas, sobretudo no sector privado da economia, do camponês e pescador, passando pelas já poucas indústrias e transportes, às empresas culturais, regista-se falência ou quase falência, com o conseqüente desemprego ou sub-emprego de muitos pais e jovens, cujos contratos foram rescindidos ou suspensos, retirando ou diminuindo-lhes os salários para se alimentarem a eles e às suas famílias. Outrossim, muitos trabalhadores estão sujeitos a condições sub-humanas às quais apenas se entregam porque derrotados pela falta de alternativas. Ora, se a crise provocada pela Covid-19 agravou a situação do desemprego e dos direitos dos trabalhadores, também mostrou que, no passado, desprezamos muitas oportunidades de ter uma economia mais forte e que menos viesse a sentir os efeitos dos abalos da pandemia. Como o parálitico abençoado e encorajado por Jesus, também somos convidados a pegar nos recursos e nos meios de produção disponíveis e com o nosso saber criar as oportunidades de empregos seguros e condizentes com a dignidade humana (Mc 2, 3-11).
10. Ainda convivemos com muitas manifestações da vida selvagem e muito de natural sobra do nosso meio ambiente. Contudo, já não temos quanto a natureza nos tinha brindado, por exemplo, de flora e fauna. A aplicação descontrolada de muitas das nossas práticas tradicionais, aliada a práticas gananciosas motivadas por interesses internos e externos resultaram na destruição e ameaça de extinção de muitas plantas e animais, cuja recuperação é incerta. Sobretudo, lamentamos que esteja prestes a começar a agressão que muitos de nós temíamos que seguiria às chamadas expedições científicas em santuários naturais de que a Bacia do Okavango é apenas um representante. Com o Papa Francisco e todos os que se dedicam à defesa do meio ambiente, encorajamos todos os angolanos de boa vontade a resistirem contra a



CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ

CEAST

continuação da destruição da nossa natureza, sob pena de comprometermos gravemente a vida dos nossos descendentes (*Laudato Si*, nº 8).

11. Finalmente, constatamos com alegria a maior tolerância das formas de participação na vida pública, através do exercício dos direitos de expressão, de informação, de associação, reunião, manifestação e do direito geral a votar e a ser eleito. Entretanto, para que a Comunicação Social Pública seja um espaço de informação isenta e objectiva, deve ser despartidarizada. Não se percebe como, até hoje, não é permitido à Rádio Ecclesia expandir-se por todo o país através de repetidoras, o que contradiz as promessas eleitorais do partido governante. De facto, entre nós, convivem ainda, de um lado, o discurso anunciador de mudanças positivas pelo Presidente da República e algumas autoridades do Estado e, do outro, a prática inadequada e agressiva da vasta maioria dos agentes do mesmo Estado, prática correspondida com atitudes impacientes e também agressivas de muitas pessoas e grupos de cidadãos. As manifestações de rua e o clima geral de impaciência e tensão, protagonizados por partidos políticos e grupos civis, não serão reflexos deste convívio de contradições? As plataformas previstas para o diálogo e a concertação entre actores estatais e não estatais ainda não são espaços de liberdade, de imparcialidade e de verdade, nem as autarquias foram implementadas. Perguntamo-nos se estas contradições não terão como causa a nossa dificuldade de evoluir da lógica da relação entre militar e civil desarmado, entre líderes auto-proclamados de messias e massas populares e entre auto-proclamados predestinados ao bem-estar e massas trabalhadoras. Ora, além do profundo sentimento de irmandade que nos une, sobretudo quando culturalmente agredidos por estrangeiros mal-intencionados, em vários momentos da nossa história, fomos capazes de deixar para trás os nossos conflitos e abraçarmo-nos, por exemplo, criando as FAA (Forças Armadas Angolanas), formando o GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional), traçando e aprovando leis e planos consensuais, bem como estabelecendo muitas plataformas de convívio e colaboração salutar em todos os sectores da vida social. Isto prova que somos capazes de gerir as nossas diferenças com serenidade, que podemos e devemos dialogar, que podemos e devemos manter a devida proporção entre os nossos interesses particulares e os interesses comuns da Nação. A nossa história e a nossa fé provam que somos capazes de superar as nossas diferenças e, unidos, construir pontes, dialogando e erguendo Angola como casa da fraternidade. Que Maria, a Senhora da Muxima e mãe de Jesus, no qual todos somos irmãos, nos acompanhe nesta caminhada.



Santuário da Muxima, Diocese de Viana, 01 de Março 2021

Os Bispos da CEAST